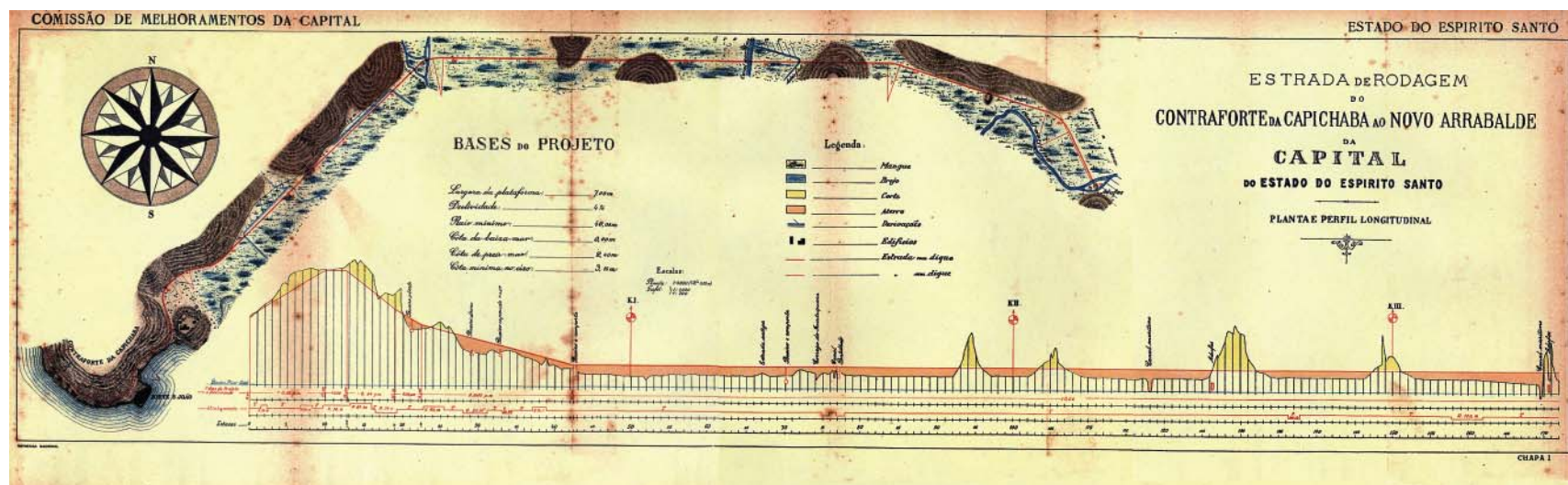


1

**OS LIMITES DA CONSTRUÇÃO
CIVIL NOS ANOS 30**



O projeto do novo arrabalde já com o traçado que definiu a futura Avenida Vitória (Acervo do Arquivo Estadual do Espírito Santo).



Identificados na planta a ocupação original da cidade e os eixos de sua expansão, que no essencial não foram alterados (Acervo do Arquivo Estadual do Espírito Santo).

OS LIMITES DA CONSTRUÇÃO CIVIL NOS ANOS 30

Não havia condições propícias ao crescimento da construção em Vitória. A população era pequena; seu poder aquisitivo, baixo; a cidade vivia do comércio do café escoado por seu porto – a construção dependia de encomendas. Apesar da disponibilidade de terras, não havia espaço para o crescimento da construção; faltava um ambiente devidamente produzido para que a construção pudesse se desenvolver.

A terra é condição de produção para a construção civil, particularmente para a construção imobiliária. Sem esse bem natural não produzido pelo homem, e que tem finitude, não há como construir. Cada novo prédio depende de um terreno. Não havia, no entanto, nesse aspecto, barreiras que impedissem o crescimento da construção. Contudo, muito da cidade ainda estava por ser feito. Predominavam os bens naturais em relação aos produzidos pelo homem.

A natureza naquele tempo era abundante, faltava a iniciativa do homem para torná-la apta a ser utilizada. Toda a região leste da ilha de Vitória, possuidora das melhores praias, de que hoje fazem parte os bairros Praia do Canto, Santa Lúcia, Santa Helena, Suá, Horto e Jucutuquara, e que formava o Novo Arrabalde, projetado no século XIX por Saturnino de Brito, ainda estava desocupada. Algumas poucas vias tinham sido abertas e apenas uma, pavimentada.⁷ Não havia infra-estrutura básica, e sua ligação com o centro da cidade, realizada por uma linha de bondes, era precária. A área do centro, onde a cidade teve origem, oferecia melhores condições para moradia.

Até então a ocupação urbana saída do centro tinha atingido, ao norte, Jucutuquara e, ao sul, Santo Antônio; a partir desses lugares rareava-se. Jucutuquara, bairro oriundo das terras do barão,⁸ teria recebido melhorias durante a administração Florentino Avidos (1924-28), quando ali se construíram casas “tipo operárias”⁹ para funcionários públicos. Atravessava esse bairro a estrada que, passando por Maruípe, seguia para a Serra.

O bairro Santo Antônio ficava no caminho natural que margeava o maciço central da ilha de Vitória para atingir a ilha das Caieiras. Luiz Serafim Derenzi (1965) relata que nessa estrada a família Jantorno tinha um sítio que produzia hortaliças para o abastecimento da cidade. Fabricava-se cal¹⁰ de conchas em caieiras, utilizado na construção civil de Vitória. Enfim, a cidade era pequena e precária.¹¹

Cidade do café de abrangência regional

As cidades no Brasil devem ser vistas, desde o período colonial até por volta de 1930, no contexto do mercado em que se inseriam. O país foi fundado na época da expansão do mercantilismo como forma de viabilizar a empresa exploradora¹² centrada na Europa. Primeiramente, as riquezas naturais extraídas da colônia, depois os bens agrícolas aqui produzidos, serviam para alimentar o comércio da metrópole.

7 Tem-se notícia de que os primeiros melhoramentos realizados na Praia Comprida, hoje Praia do Canto, foram efetuados entre 1920 e 1924, durante o governo de Nestor Gomes, que, segundo Luiz Serafim Derenzi, começou a olhar na direção daquela parte da cidade. Gomes fez, no entanto, a pavimentação da antiga avenida Ordem e Progresso, atual Desembargador Santos Neves. Antes disso nada fora feito naquela região, salvo iniciativas isoladas de uns poucos moradores que lá viviam. Saturnino de Brito, quando projetou o Novo Arrabalde, traçou sua ligação com o centro e começou a construir a estrada que viria a se transformar na atual avenida Vitória. Maiores informações sobre o bairro em O novo arrabalde (CAMPOS Jr., 1996).

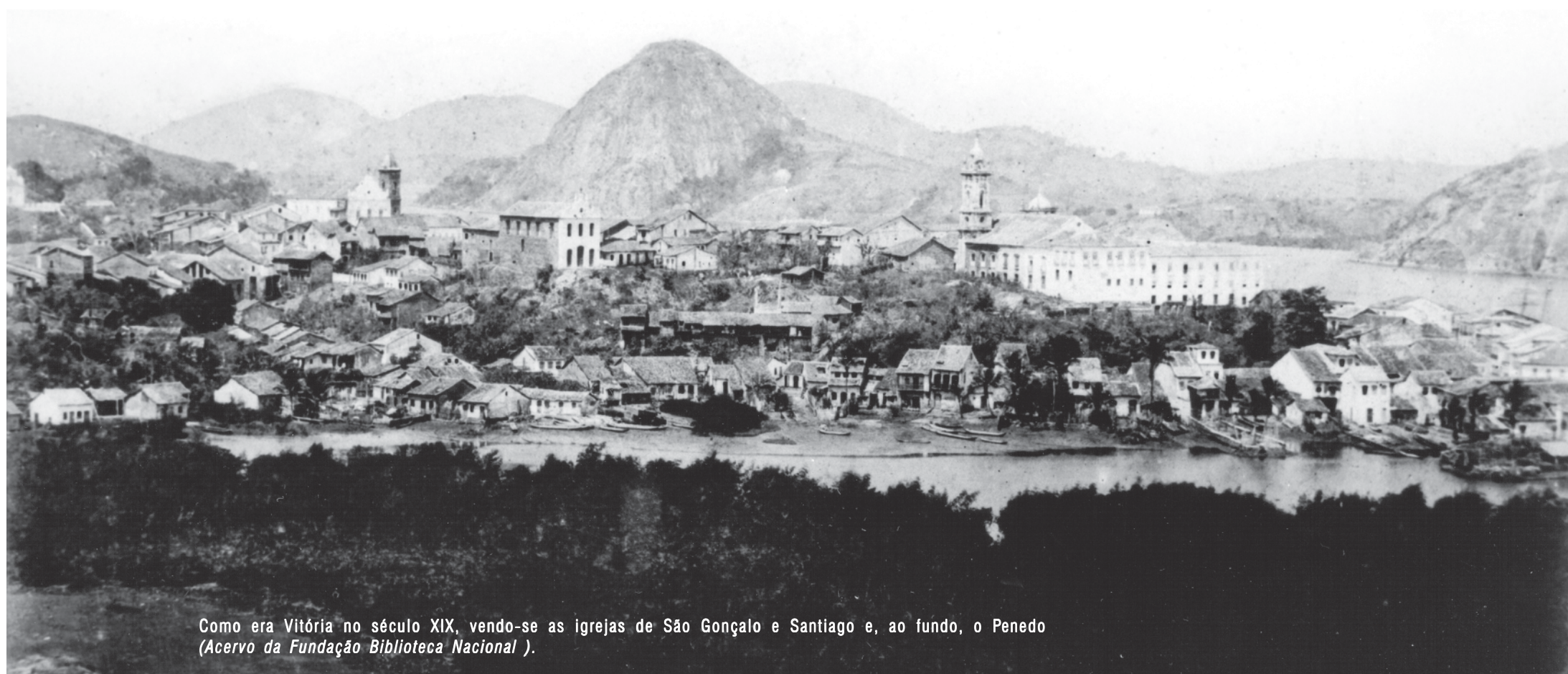
8 No século XIX Jucutuquara foi uma fazenda de café do Barão de Monjardim, herdeiro do capitão-mor Francisco Pinto Homem de Azevedo.

9 No planejamento da expansão urbana de Vitória, realizado ainda no século XIX, conforme está expresso no projeto do Novo Arrabalde, Jucutuquara seria um bairro operário.

10 O Sr. Virgínio Bermudes, pedreiro e posteriormente mestre-de-obras, em depoimento ao autor em 1992, informou que o construtor Aurélio Porto tinha marcenaria em Santo Antônio e fábrica de cal na ilha das Caieiras. Bermudes trabalhou catorze anos com Aurélio Porto e, com sua morte, passou a trabalhar com o Dr. José Tarquínio da Silva, com quem ficou um ano e nove meses. O entrevistado revelou ainda que o melhor tijolo daquela época vinha de Cariacica, da fábrica do Sr. Aquiles Furno.

11 Os dados censitários coletados pela administração Paulino Muller, anteriormente citados, confirmam as considerações esboçadas nas linhas acima. O maior número de licenças de construção concedidas em 1937 foi para obras nos bairros Santo Antônio, Jucutuquara e, em muito menor quantidade, na Praia Comprida.

12 A esse respeito, leia-se Caio Prado Jr. O sentido da colonização. In: Formação do Brasil contemporâneo. 15^a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.



As cidades, que eram fundamentalmente litorâneas, funcionavam como sede da representação do Estado, primeiramente português, depois nacional, e como sede do comércio, fazendo a ligação entre a produção do campo e a circulação internacional de mercadorias. Assim, na época do extrativismo e dos ciclos econômicos, as cidades brasileiras exerceram um papel fundamental para o comércio europeu, estabelecendo os vínculos do nosso país com o mundo.

Quanto maior fosse a região produtiva, mais importante seria a cidade para onde essa produção convergiria para ser exportada – Recife e Salvador no ciclo do açúcar, Ouro Preto a partir da descoberta do ouro, Rio e São Paulo, no Sudeste, no ciclo do café, e Manaus durante o ciclo da borracha.

Não se pode admitir a existência de integração territorial no país antes de 1930, senão no interior das próprias regiões produtivas. As chamadas redes urbanas eram pobres, e havia poucas, mas grandes cidades. As cidades se vinculavam com sua região produtiva e com o mercado externo,

sem que houvesse maiores relacionamentos com as cidades das outras regiões produtivas, porque a produção dirigia-se fundamentalmente para fora, e não para alimentar o mercado interno (OLIVEIRA, s.d.).

No interior das províncias e, posteriormente, dos próprios estados, a integração territorial foi se processando gradativamente. No final do século XIX o território do Espírito Santo dividia-se em três regiões produtivas: a região Sul, polarizada por Cachoeiro de Itapemirim; a Central, por Vitória; e a Norte, por São Mateus, neste caso sem ocupar o interior. As regiões Sul e Central produziam café, e a Norte, mandioca.

Não havia vínculos entre essas regiões. O café da região Sul escoava para o Rio de Janeiro pela Estrada de Ferro Leopoldina, que já ligava Cachoeiro ao Rio, passando por Campos. As relações do Sul do Espírito Santo com o Rio de Janeiro eram muito mais estreitas do que as que aquela região estabelecia com Vitória. A constatação de inexistência, na época, de sistema de transporte terrestre entre Cachoeiro e Vitória ajuda a explicar o isolamento que havia então.

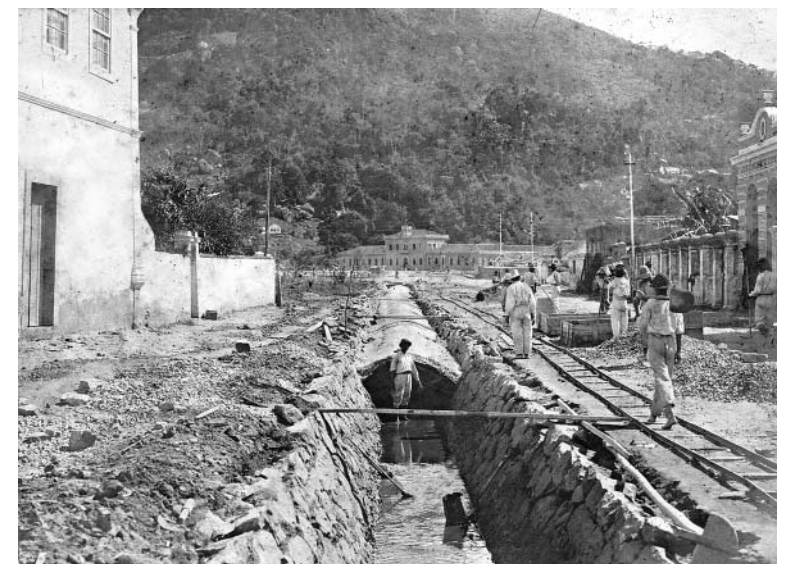


Mesmo após a construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, que em 1910 colocou Vitória em contato com Cachoeiro, a vinculação desta cidade com a capital federal permaneceu ainda forte. Em vista disso, a importância econômica de Vitória devia-se ao peso da riqueza, proveniente da região Central, escoada por seu porto. A produção de café dessa região, em fins do século XIX, representava aproximadamente 40% da produção do Espírito Santo. No entanto, o Estado nunca participara com mais de 5% da produção de café do país e, apesar de ser no *ranking* nacional, naquele momento, o terceiro maior produtor de café, era muito grande a distância relativa que o separava do segundo colocado. Por esse motivo não se deveria esperar, por conta da riqueza escoada pelo porto, que houvesse uma urbanização expressiva em Vitória na época, nem que aqui existissem grandes construções.

As mudanças que se verificaram no Espírito Santo do final do século XIX aos anos 30 não foram suficientes para levar o Estado a eliminar sua dependência histórica de um único produto. E, se o vínculo da região Sul com Vitória já estava mais consolidado do que antes, o Sul passava por um processo de reestruturação produtiva. As terras, exauridas pela lavoura do café, começavam a ser ocupadas pela pecuária leiteira, sem, contudo, contribuir para proporcionar à capital capixaba maiores transformações.



Parque Moscoso depois do aterro (*Acervo da Biblioteca Central da Ufes*). À esquerda: a cidade em construção no início do século XX. Retirada de terra do morro da Santa Casa, transportada em carroças para o aterro do mangal do Campinho. Neste local foi construído o Parque Moscoso. Obra contratada pelo Cel. Duarte e realizada pela firma Miranda e Derenzi (*Acervo do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional*).



A obra de canalização do curso d'água na atual Av. República (*Acervo do Arquivo Estadual do Espírito Santo*).

Transporte dos módulos das Cinco Pontes (*Acervo do Arquivo Estadual do Espírito Santo*).

Na página seguinte, de cima para baixo: transporte dos módulos das Cinco Pontes; aterro do Cais Schmidt; construção dos armazéns do Porto de Vitória (*Acervo do Arquivo Estadual do Espírito Santo*).



O café, nessa época uma cultura itinerante no território do Estado, em seu deslocamento do Sul para o Norte deteve-se diante do rio Doce. Só depois da construção da ponte¹³ em Colatina, concluída em 1928, é que a zona pioneira do norte do rio Doce começou a ser ocupada e a apresentar posteriormente resultados para a economia estadual, vindo a causar significativo impacto sobre a capital do Espírito Santo na década de 1950. Antes disso, Vitória era uma cidade modesta, contando com pequena quantidade de obras.

As construções e a cidade

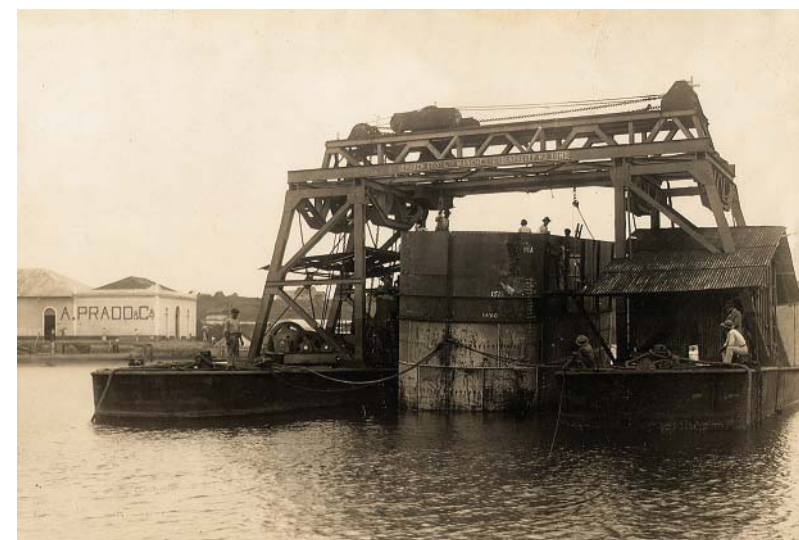
Os negócios do comércio e da produção voltados para o café eram os mais lucrativos. No entanto, a renda decorrente dessas atividades não foi suficiente para promover a diversificação dos investimentos, nem alavancar a construção a ponto de torná-la independente da encomenda. As principais obras até então realizadas eram provenientes da iniciativa pública, e entre elas se destacam a construção do porto e a da ponte Florentino Avidos. Como não se tinha experiência em construções desse porte, o governo contratou empresas de fora. A ponte, em estrutura metálica, foi projetada e encomendada na Alemanha. A empresa Krupp fez o projeto; e a fabricação da ponte ficou a cargo da Maschinenfabrik Augsburg Nürnberg. Da própria fábrica vieram um engenheiro e sete contramestres para dirigir a construção das fundações, montar e instalar a ponte.¹⁴ A construção do porto foi realizada por diferentes empresas, nenhuma delas local.

As obras públicas de menor porte e as de edificação, contudo, abriram espaço para os construtores locais. Dentre os construtores mais antigos havia o mestre-de-obras Rufino Antônio de Azevedo, que posteriormente passou a atuar no comércio de material de construção, como proprietário da Casa Pan-Americana. O Sr. Rufino construiu, em 1892, a Casa Hard Rand, de comércio de exportação de café, cujo projeto foi elaborado na América do Norte. Consta que foi um prédio edificado sobre estacas, e todo o seu madeirame – assoalho, esquadrias e estrutura do telhado –, foi feito em pinho-de-riga, como registra Luiz Serafim Derenzi (1965, p. 171). Uma década depois, identificou-se o coronel Antônio José Duarte realizando obras para o governo do Estado. O citado coronel Duarte, “capitalista e sócio da firma Duarte e Beiriz, comerciante em Iconha, foi o empreiteiro geral de todas as obras construídas por Jerônimo Monteiro (1908-12)” (DERENZI, 1965, p. 193). André Carloni construiu a Santa Casa, a Assembléia Legislativa, o Teatro Carlos Gomes e outras obras menores. A firma Miranda e Derenzi¹⁵ foi a subempreiteira que realizou o aterro da área sobre a qual está assentado o Parque Moscoso, e foi ela que

¹³ Tanto a ponte de Vitória (Cinco Pontes) quanto a de Colatina sobre o rio Doce foram construídas no governo de Florentino Avidos (1924-28) e ambas receberam o nome daquele governante.

¹⁴ Cf. a mensagem do governador Florentino Avidos apresentada à Assembléia Legislativa ao término do seu governo.

¹⁵ Serafim Derenzi e Joaquim Pinto de Miranda eram velhos ferroviários da Leopoldina e da Vitória-Minas (DERENZI, 1965, p. 193).





construiu esse parque; construiu também o canal da rua da Vala, atual avenida República, em concreto armado, coberto de laje de metal *deployer*; posteriormente, Derenzi, com um novo sócio, fundou a Politi e Derenzi, que construiu a sede da antiga Prefeitura de Vitória, na praça Ubaldino Ramalheite, dentre outras iniciativas. Com exceção dessas obras, o que mais se via eram pequenas intervenções: o calçamento de 418 m² da praça Oito de Setembro, realizado pelo empreiteiro João de Barros; outro calçamento, de 1.394 m², da estrada que ia do Saldanha à avenida Capixaba, realizado pelo empreiteiro Spartaco Gismondi; a construção de 350 metros de muro de arrimo na Praia Comprida, em frente à rua Moacir Avidos, efetuada por Lourenço Lucciola, e outras obras, estas realizadas no primeiro quinquênio da década de 1930.¹⁶

Era muito comum nessa época o poder público realizar demolições para fazer a retificação de vias. A cidade havia crescido em desalinho, formada com edificações precárias. Não se tratava de uma particularidade de Vitória, mas de todas as cidades com herança de colonização portuguesa. Ao contrário daquelas de colonização hispânica, que nasceram planejadas, sobre uma malha quadrangular, as de origem portuguesa possuíam traçados tortuosos, que se assemelhavam ao percurso trilhado por um animal de montaria, que na sua caminhada escolhia as facilidades do terreno, desviando-se dos obstáculos.¹⁷

Naquele tempo [anos 1930] as ruas que hoje são principais viviam cheias de construções atravessadas. A rua Sete, por exemplo, tinha casas que atravessam o outro lado; a Graciano Neves era apenas uma vala; a praça Costa Pereira, uma espécie de vila, cheia de casas. E onde é o Glória havia um parque de diversões.¹⁸

A principal preocupação dos administradores públicos do período – Vitória não foi exceção – era a realização de obras básicas de saneamento – construção de redes de água e de esgoto – e de melhoramentos urbanos. Demoliam-se edificações desalinhadas e moradias insalubres (sem ventilação e insolação) para se fazerem as retificações de vias e sanearem-se as áreas propensas à proliferação de epidemias. Os construtores locais ocupavam-se fundamentalmente dessas atividades.

No ramo imobiliário, a atividade de construção também se dava por encomenda, mas de contratantes, que utilizavam as casas para moradia própria ou de familiares. A economia regional e as construções públicas do espaço urbano ainda não tinham sido suficientes para permitir a formação do mercado imobiliário. Em consequência, nesse segmento havia poucos construtores, e os que havia descendiam de imigrantes estrangeiros. No Espírito Santo os de origem italiana e os de origem portuguesa foram os que mais se destacaram.

¹⁶ Cf. relatórios do prefeito de Vitória, Laerte Rangel Brígido (1930-33).

¹⁷ Leia-se a esse respeito Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil* (1983).

¹⁸ Entrevista do Sr. Durval Avidos ao *Jornal da Cidade. Suplemento Especial* de 08/09/1987. O Sr. Durval foi empresário da construção e fez o primeiro prédio lançado para venda a preço fixo em Vitória em 1951.



Obras públicas realizadas na década de 1930. Assim como se viu na construção do Parque Moscoso, as obras públicas de menor porte deram lugar ao nascimento do empreiteiro local.

Na página ao lado, de cima para baixo: a pavimentação da Praça Oito e, ao fundo, a construção do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo. O prédio do banco foi obra do construtor Manoel Antônio de Brito e a pavimentação da Praça Oito esteve a cargo do empreiteiro João de Barros; a construção do relógio da Praça Oito. Projeto de Jayme Filgueira, obra do construtor Radagásio Alves ; demolição de prédio que deu lugar ao Hotel Estoril, construído pelo engenheiro Chrisógono Teixeira da Cruz (*Acervo do Arquivo Geral da PMV*).



Nesta página: acima, a pavimentação da atual Av. Presidente Vargas. Ao fundo vê-se o prédio da Alfândega, à sua direita o Hotel Central e a construção do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo; abaixo, Ladeira do Fogo, hoje rua Caramuru, mostrando como as ruas eram estreitas e tortuosas. Sofreu alargamento e retificação (*Acervo do Arquivo Geral da PMV*).



A casa Pan Americana, especializada no comércio de materiais de construção, pertencente ao construtor Rufino de Azevedo (Acervo do Arquivo Estadual do Espírito Santo).

Os empecilhos ao crescimento do segmento da construção não provinham da escassez de terra para construção. A propriedade privada da terra, nesse momento, não constituía obstáculo para o construtor. Havia tanto disponibilidade natural quanto social da terra para construção – existia, de forma substantiva, muita terra, e o acesso a ela era facilitado porque não havia mercado de terras formado. E, como se construía por encomenda, o terreno era uma atribuição do contratante.

As condições materiais dadas, historicamente, criaram oportunidades para iniciativas regionais, voltadas para produção de materiais utilizados nas construções, nesse momento em que o mercado não se tinha uniformizado no território nacional. A economia, fechada regionalmente, possibilitou aos construtores, como forma complementar à sua reprodução no ofício, que eles realizassem outras atividades além daquela de construir. Muitos fabricavam material de construção.

O material de fabricação mais elaborado vinha de fora e tinha em Vitória os seus representantes. A Casa Pan-Americana, fundada por Rufino Antônio de Azevedo, é um exemplo. Dedicava-se ao fornecimento desses materiais antes mesmo de 1913; depois desta data, a Pan-Americana diversificou suas atividades comerciais.¹⁹ Os materiais que não requeriam processos sofisticados na técnica de fabricação foram produzidos localmente. Era comum encontrar construtores que fabricavam material de construção. O construtor Aurélio Porto – primeiro presidente do Sindicon, quando este ainda se denominava “Syndicato dos Constructores Civis de Victoria”, conforme se assinalou anteriormente –, com base no depoimento de seu ex-funcionário, Sr. Virgínio Bermudes, tinha marcenaria, que fabricava portas, janelas, rodapés e demais utensílios de madeira, e ainda possuía uma fábrica de cal de conchas na ilha das Caieiras. O construtor David Teixeira foi outro que possuiu serraria e marcenaria para produção de materiais usados em suas obras.²⁰ Politi e Derenzi tiveram marcenaria no cais Schmidt (DERENZI, 1965).

A arte de construir, especialmente no ramo imobiliário, requeria certas habilidades de quem se pusesse a exercê-la. Daí a necessidade de aprendizado, que, adquirido no canteiro, passava de pai para filho e constituía-se em patrimônio de um saber raro. Da mesma forma que o patrimônio do saber, a clientela também fazia parte do capital natural do construtor. As famílias tradicionais de Vitória tinham os seus construtores e sempre que precisavam recorriam a eles. Num momento em que não havia mercado imobiliário formado, tão importante quanto saber fazer era ter para quem fazer.²¹

¹⁹ Conforme reportagem da revista Vida Capixaba, n. 23, Ano VIII, 1930.

²⁰ A marcenaria do Sr. David Teixeira ficava na rua Thiers Veloso, 125, onde hoje se encontra o Colégio Agostiniano. Depoimento do engenheiro Vitorino Teixeira, filho do citado construtor.

²¹ O engenheiro Vitorino Teixeira, em depoimento ao autor, em 1992, menciona as famílias que faziam questão de construir com seu pai, o construtor David Teixeira. Cita as famílias Buaiz e Pereira Franco, dentre outras.

Há, nessa forma de construção realizada por encomenda, uma relação delicada entre construtor e contratante que precisaria ser desvendada. Estabelecia-se um vínculo pessoal entre um e outro; fato que poderia auxiliar a compreender o processo social de produção da construção e a conhecer a conseqüente forma espacial criada em sua reprodução.

O contratante tinha a capacidade de definir o processo. Escolhia o lugar e o que seria construído, e ainda, de acordo com sua disponibilidade financeira, decidia o ritmo da obra – o construtor atendia.

A produção de moradia era individualizada para atender de maneira diferenciada a encomenda de cada um dos contratantes. Para isso o construtor precisava de profissionais aptos, com adestramento específico, com criatividade e grande capacidade de improvisação.

A construção feita por encomenda para o uso do contratante possibilitava a existência do trabalhador-artesão. Afinal, ele realizava um trabalho específico para um contratante igualmente específico, que possuía toda liberdade de expressar, na moradia que encomendava, os seus desejos e representações de espaço do morar. Nesse caso, como os espaços não tendiam a ser repetitivos, fugiam da padronização, os trabalhadores da construção precisavam ser bastante qualificados e criativos para dar conta de realizar todas as variações construtivas que os contratantes demandavam, com limitados recursos tecnológicos (CAMPOS Jr, 2004).

Os trabalhadores da construção eram verdadeiros artífices, que precisavam de muito tempo de formação, efetuada no canteiro. Razão por que, de forma semelhante à relação do contratante com o construtor, também havia vínculos pessoais fortes entre os construtores e os seus trabalhadores. Um dependia do outro.

O construtor não podia contratar muitas obras ao mesmo tempo, porque, além de não serem estas padronizadas, ele não disporia com facilidade de profissionais para construí-las. Não havia mercado de trabalho formado de trabalhadores com essa formação específica. De maneira semelhante, os trabalhadores também não migravam com facilidade de uma firma para outra. Primeiro, porque não havia muitos construtores, apenas uns quatro ou cinco se destacavam no ramo. Segundo, porque, quando saíam de uma firma, precisavam de um aval do ex-patrão para conseguir o outro emprego, e entre os construtores todos se conheciam e até desfrutavam de relações de amizade. Camilo Gianordoli já foi sócio dos Becacici; terminaram a sociedade, mas até hoje seus familiares mantêm vínculos da maior cordialidade.²²



Fábrica de telhas no Horto. A limitada integração regional propiciou a existência de fábricas de materiais de construção (Acervo do Arquivo Geral da PMV).



Britador no Forte São João (Acervo do Arquivo Geral da PMV).

22 Em 1993, o autor, quando realizava outro trabalho, entrevistando familiares dos Gianordoli, foi gentilmente recomendado por eles para entrevistar os Becacici. Percebem-se ainda hoje boas relações de sociabilidade entre os familiares dos construtores.



Cidade heterogênea e horizontal: casas ricas em detalhes.

A riqueza dos detalhes nos ornamentos das casas condiz com o processo produtivo artesanal da construção daquela época.

Nesta página, o detalhe dos ornamentos feitos a mão. Casa da viúva Plácido Barcellos (Acervo do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional).

Na outra página, residência do comerciante Antenor Guimarães (Acervo do Arquivo Estadual do Espírito Santo).

A demanda individualizada da encomenda do contratante respondeu pelas construções diferenciadas, muito comuns nessa época dos anos 30 e 40, quando o sindicato dos construtores foi criado. As casas eram ricas de detalhes, com muitos recortes e adornos para enfeite. Constituíam verdadeiras obras “feitas à mão”. Demandavam-se profissões que hoje já não existem. O estucador é um exemplo. Era o profissional especializado na produção dos detalhes dos ornamentos, especialmente feitos em gesso.

Num aspecto, as moradias estabeleciam uma diferenciação espacial na cidade, noutro, em razão de sua altura, criavam um padrão horizontal de cidade.

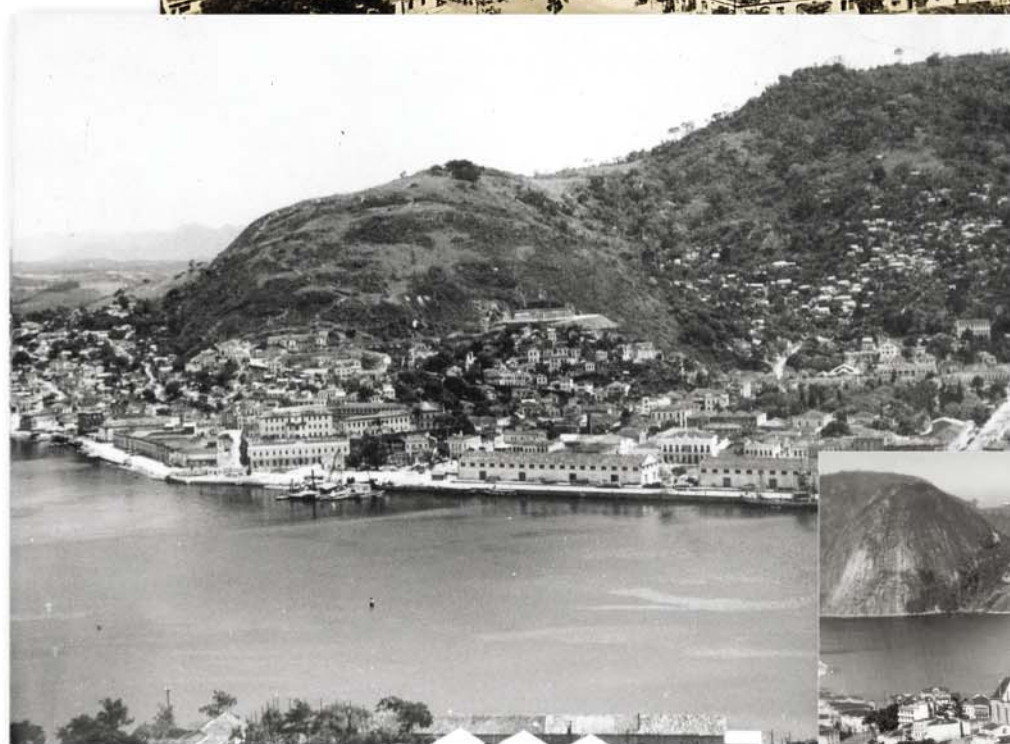
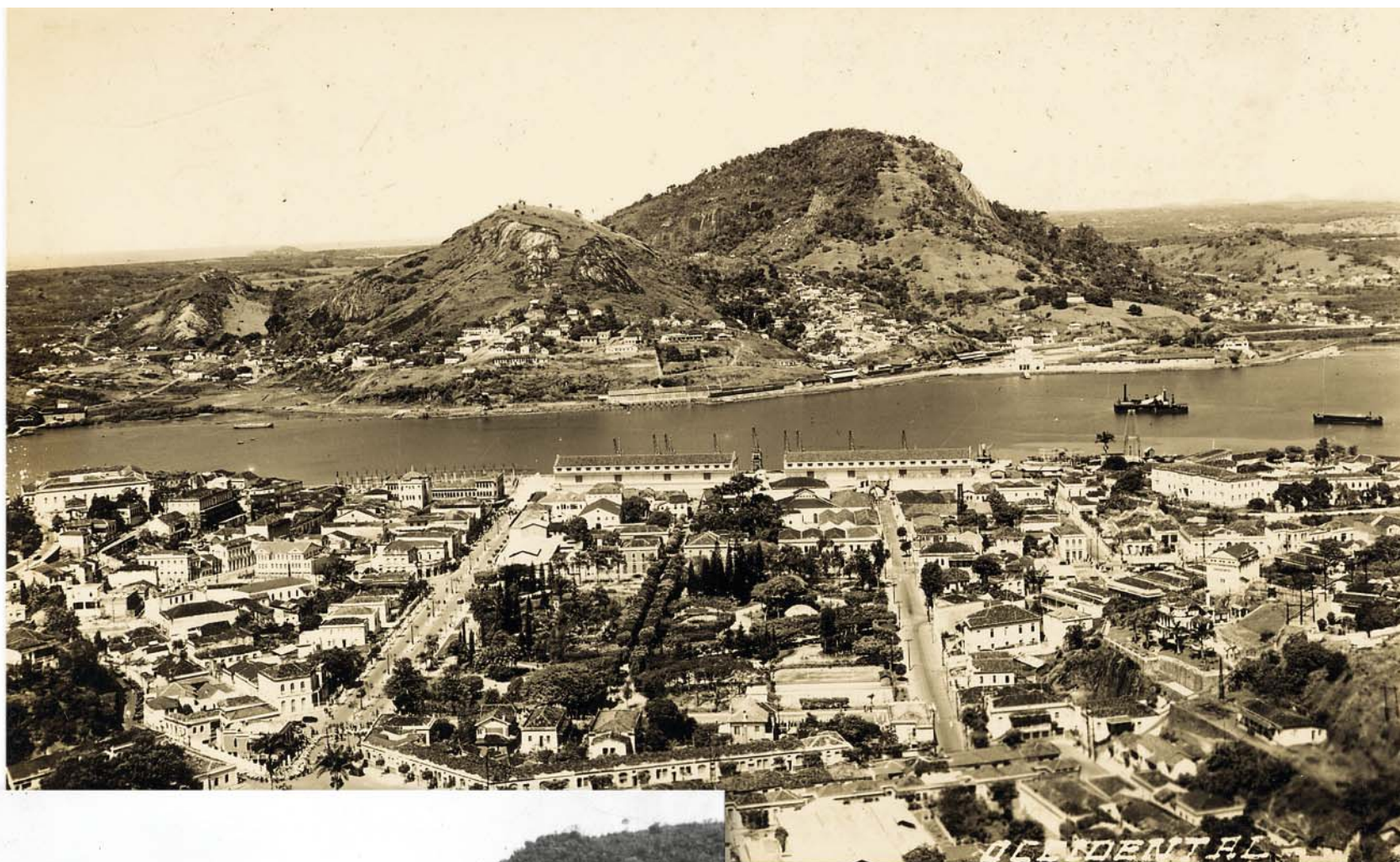
As possibilidades que tinham os construtores de expandir suas atividades encontravam-se limitadas, porque dependiam das demandas de contratantes, que não eram muitas. A cidade movimentava a riqueza gerada pelo café apenas na sua região produtiva.







Prédios diferenciados, com muitos detalhes ornamentais, produzem uma cidade de forma heterogênea (*Acervo do Arquivo Estadual do Espírito Santo*).



Acima, a cidade construída por encomenda é horizontal e diferenciada (Acervo da Biblioteca Central da Ufes) ; à esquerda, vêem-se as proximidades do morro da Santa Casa (Acervo do Arquivo Geral da PMV); abaixo, a cidade nas proximidades do Parque Moscoso (Acervo do Arquivo Geral da PMV).



